



# Conselho Nacional de Justiça

## ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA (26 DE AGOSTO DE 2008)

Às quatorze horas e onze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e oito, reuniu-se o plenário do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em sua sede, localizada no edifício do Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Presentes os Conselheiros Ministro Gilmar Mendes (Presidente), Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha (Corregedor Nacional de Justiça), Ministro João Oreste Dalazen, Conselheiro Rui Stoco, Conselheiro Mairan Gonçalves Maia Júnior, Conselheiro Altino Pedrozo dos Santos, Conselheira Andréa Pachá, Conselheiro Jorge Maurique, Conselheiro Antonio Umberto de Souza Júnior, Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá, Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, Conselheiro Paulo Luiz Netto Lobo, Conselheiro Joaquim Falcão e Conselheiro Marcelo Nobre. Estiveram presentes, à Sessão, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Raimundo César Britto Aragão e o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça Dr. Alvaro Luiz Ciarlini. Estiveram presentes, ainda, o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, o Ministro de Estado das Cidades Marcio Fortes de Almeida, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito, o Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Vinícius Mazoni e o Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favretto. Ausente, justificadamente, o Procurador-Geral da República Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza. Antes da sessão teve lugar solenidade de assinatura do acordo de cooperação técnica entre o CNJ e os Ministérios das Cidades e da Justiça, tendo por objeto a implantação do sistema RENAJUD - sistema *on line* de restrição judicial de veículos. Na ocasião pronunciou-se, inicialmente, o



# Conselho Nacional de Justiça

Ministro de Estado das Cidades Marcio Fortes de Almeida. Em seguida o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro. Ao final, fez uso da palavra o Ministro Presidente do CNJ, que proferiu o seguinte discurso: *“Excelentíssimo Ministro da Justiça, Tarso Genro, Ministro Marcio Fortes, Ministro da Cidades, Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Senhor Presidente da OAB, Doutor César Britto, eminente Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Mazoni, Dr. Rogério Favretto, Secretário Nacional da Reforma do Judiciário, eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, Presidente em exercício do STJ e Corregedor Geral do Conselho Nacional de Justiça, Doutor Álvaro Ciarlini, Secretário-Feral do Conselho, Senhores Presidentes dos Tribunais, Conselheiros do CNJ, Magistrados presentes, Senhores Convidados, Senhoras e Senhores. Tal como ressaltado pelo Ministro Tarso Genro, nós temos hoje uma relação de intensa e inequívoca parceria. Temos trabalhado nos projetos fundamentais para a construção de um novo Judiciário. No plano diante das emendas constitucionais, no plano das reformas legislativas e também das eventuais reformas administrativas. E hoje nós estamos a celebrar mais um desses convênios, mais um desses pactos que nos é cobrado pela sociedade que quer medidas efetivas. Essa ferramenta que nós estamos hoje a tornar efetiva, fruto deste entendimento, deste trabalho entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Ministério das Cidades e SERPRO, na verdade dá uma resposta aos questionamentos quanto à efetividade da Justiça. Vai permitir que os Magistrados, em tempo real, identifique em todo território nacional a propriedade de um veículo, saber a existência de restrições e efetivar eletronicamente ordens judiciais necessárias a solução do processo, restrição de transferência, restrição de licenciamento, restrição de circulação, além do registro de penhora. E o RENAJUD é fruto desse acordo de cooperação técnica nesse novo contexto. Gostaria de fazer justiça, destacando que esse projeto piloto foi desenvolvido pelo Tribunal Regional do*



## Conselho Nacional de Justiça

*Trabalho da 10ª Região, que vem sendo aplicado desde maio de 2008 com absoluto sucesso. Por isso eu gostaria de registrar o agradecimento ao trabalho desempenhado por este Tribunal. E mais uma vez, Ministro Tarso Genro, eu gostaria de registrar esse fenômeno que está se tornando cada vez mais comum a partir da criação do Conselho Nacional de Justiça, que é esta interação entre os Órgãos diversos do Poder Judiciário. A possibilidade de que nós nos apropriemos, no bom sentido, de conquistas de desenvolvimentos que foram concebidos pelos mais diversos órgãos do Poder Judiciário que é Nacional e que deve ser assim tratado. Acredito que isso talvez seja um dos resultados hoje mais visíveis do trabalho de unificação, de uniformização, de construção de uma identidade desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça. A possibilidade de que nós nos conheçamos melhor e de que nós possamos poupar esforços exatamente porque algumas conquistas já foram alcançadas. Não faz muito, nós aqui firmávamos um convênio com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para tornarmos acessível para todos os Tribunais, para todos os órgãos judiciais o sistema desenvolvido por aquela unidade, quanto ao transporte de malote eletrônico, cognominado HERMES. E assim nós estamos desenvolvendo outros sistemas. Já fizemos também convênio com o TST, também com o objetivo de tornarmos patrimônio do Judiciário, patrimônio Nacional, conquistas tecnológicas desenvolvidas por aquele Tribunal. Modo que, nós estamos aqui, também hoje, colhendo frutos, ainda que indiretos, mas extremamente benfazejos da bem sucedida Reforma do Judiciário de 2004, a Emenda 45 e seus posteriores desenvolvimentos que tem tido uma colaboração bastante inequívoca do Governo como um todo e também dos demais Órgãos do Poder Judiciário. E aqui, vejam os senhores, que nós estamos a celebrar algo que é extremamente importante como disse, extremamente relevante para o cidadão comum. Muitas vezes, as mais das vezes, não está interessado nas nossas discussões filosóficas, não é? Ou nos nossos palpites sobre determinadas questões, mas*



## Conselho Nacional de Justiça

*nos cobra exatamente resultados efetivos. E nós estamos mostrando que a partir de parcerias, a partir de uma postura de cooperação, e a presença de dois Ministros de Estado, da Justiça e das Cidades, bem demonstra o ânimo de cooperação do Governo e o alto ânimo também de entendimento que nós temos sabido desenvolver e manter. Portanto, esta Cerimônia tem inequivocamente este conteúdo prático que dá aos juízes essa ferramenta imediata e que dá ao cidadão que reclama eventualmente do reconhecimento do seu direito a exeqüibilidade imediata desse direito, a partir da identificação ou até da penhora do veículo por este meio eletrônico. Mas ela tem também esse conteúdo simbólico. Aqui, mais uma vez, nós estamos a celebrar aquilo que eu já chamei em outra oportunidade este mutirão cívico. Muito obrigado."*

Após o discurso do Ministro Presidente do Conselho Nacional de Justiça, a Sessão foi interrompida. Às 14 horas e 50 minutos, havendo quorum regimental, o Ministro Presidente Cesar Asfor Rocha declarou aberta a Sessão e passou à aprovação da ata da Sessão anterior, que foi aprovada à unanimidade, iniciando-se o julgamento dos processos pautados, cujos resultados foram registrados nas certidões em anexo. Neste momento o Conselheiro Joaquim Falcão solicitou retificação da proclamação do julgamento referente ao PCA 200810000004734, para que conste das certidões que seu voto foi juntado aos autos. Às 15 horas e 50 minutos, o Ministro Cesar Asfor Rocha anunciou a interrupção da sessão, oportunidade em que o Conselheiro Técio Lins e Silva sugeriu ao Presidente do Conselho Federal da Ordem do Brasil doação de exemplares do Estatuto da Ordem dos Advogados, edição daquele Conselho, que considera a melhor; solicitou, ainda, à Secretaria Geral do CNJ, providências para que seja também disponibilizado aos Conselheiros durante a Sessão exemplar do Código Penal. Às 15 horas e 56 minutos a Sessão foi suspensa, sendo retomada às 16 horas e 38 minutos. Às 17 horas o Conselheiro Ministro João Oreste Dalazen apresentou



## Conselho Nacional de Justiça

em mesa proposta de aprovação do Código de Ética da Magistratura elaborado pela Comissão de Prerrogativas da Magistratura. Às 18 horas e 17 minutos o Ministro Presidente comunicou a aprovação, pelo Senado Federal, do nome do Ministro Gilson Dipp para integrar o CNJ, na condição de Corregedor, bem assim a aprovação do nome do desembargador Benedito Gonçalves, para Ministro do STJ. Foram também apresentados em mesa para julgamento, os pareceres de mérito relativos à criação de cargos e de funções comissionadas nos Tribunais Regionais do Trabalho da 3<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 19<sup>a</sup> Regiões. Às 19 horas e 10 minutos retirou-se o Ministro Cesar Asfor Rocha, assumindo a Presidência da Sessão o Ministro João Oreste Dalazen. Às vinte e uma horas e nove minutos o Conselheiro Antonio Umberto sugeriu alteração da decisão proferida no julgamento dos Pareceres de Mérito relativos à criação de cargos e funções comissionadas nos TRTs da 3<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 19<sup>a</sup> Região, o que foi parcialmente acolhido pelo Plenário. Às 21 horas e 15 minutos o Ministro João Oreste Dalazen referiu-se ao fato de que a presente sessão foi a última de que participou o Ministro Cesar Asfor Rocha, proferindo breve discurso em homenagem ao Ministro, nos seguintes termos: *“Após um dia de estafante atividade, de extenuantes trabalhos, vemo-nos na contingência de registrar que hoje, desafortunadamente, para nós foi o último dia de atuação no Conselho Nacional de Justiça, na condição de Corregedor Nacional de Justiça, do nosso estimado colega e amigo, Ministro Cesar Asfor Rocha. Sua Excelência saiu de mansinho.”*

Nesse momento, o Conselheiro Marcelo Nobre pronunciou-se dizendo: *“O Ministro pediu que trouxesse a manifestação dele, estive com ele lá fora na hora que saiu, disse que não gosta de despedidas, disse que voltará quando da passagem do cargo para o novo Corregedor e me pediu para que transmitisse a todos.”*

O Ministro Dalazen continuou sua manifestação: *“ Sua excelência não resistiria à cerimônia do adeus que, pra nós todos, é sempre muito dolorosa, é sempre*



## Conselho Nacional de Justiça

*muito comovente, é sempre muito tocante mas o certo é que, como disse Alceu Amoroso Lima: "A vida não passa de uma sucessão de adeus. A hora da chegada e a hora da partida, permanentemente". Sua excelência, em face de encargos ainda mais elevados, em face de ascender ao cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, não poderá mais propiciar-nos o convívio quinzenal com sua inteligência, com sua afabilidade, com a sua liderança, com a sua firmeza, com seu descortino, com sua cultura jurídica e enfim, permaneceremos aqui na saudade. Na saudade de um amigo que prestou relevantes serviços à instituição, que devotou o máximo de si para o aperfeiçoamento da justiça brasileira e que, agora, em face de novos chamamentos, prestará o contributo de sua inteligência ao Superior Tribunal de Justiça exclusivamente. Devo confessar a Vossas Excelências que não tive a ventura de conhecer o Ministro Cesar Asfor Rocha pessoalmente, e mesmo profissionalmente, antes de tomar assento neste Conselho. Mas para mim foi uma gratíssima surpresa conhecê-lo mais a fundo como homem e como profissional. Honrou a advocacia e hoje honra a toga. Homem de trato lhano, de afabilidade constante e simpatia que cativa a todos, certamente fará muita falta a todos nós. Sobretudo, eu diria, pela liderança e pela diplomacia com que conduziu este Conselho em alguns momentos a soluções bem inspiradas e marcadas pela razoabilidade. Não posso deixar, portanto, de externar de público em meu nome pessoal as minhas homenagens, meu tributo de admiração, de reconhecimento a um homem que deu o melhor de si para este Conselho e que aqui marcou a sua atuação por virtudes que eu considero peregrinas e a quem aprendi a admirar constantemente. Manifesto, portanto, de público, o reconhecimento que, de certo, não é só meu, mas de Vossas Excelências, também, aos relevantíssimos serviços prestados à causa da justiça brasileira pelo eminente Ministro Cesar Asfor Rocha. Certamente que ninguém é insubstituível, nenhum de nós o é, mas Sua Excelência nos fará muita falta. Todos os atributos que ornaram a sua personalidade que todos, de certo,*



## Conselho Nacional de Justiça

*aprendemos a admirar. Que Deus o conduza a uma gestão profícua e imensamente feliz à testa do Superior Tribunal de Justiça e que os nossos laços de amizade fraterna permaneçam indestrutíveis. São os meus votos, e votos de muita felicidade pessoal a Sua Excelência.” Os Conselheiros, à unanimidade, aderiram às palavras do Ministro Dalazen.*

Às 21 horas e 21 minutos a Sessão foi encerrada, definitivamente, lavrando-se esta ata, que vai assinada pelos presentes.

Gilmar Mendes

Francisco Cesar Asfor Rocha

João Oreste Dalazen

Rui Stoco

Mairan Gonçalves Maia Júnior

Altino Pedrozo dos Santos

Andréa Pachá



# Conselho Nacional de Justiça

Antonio Umberto de Souza Júnior

Jorge Antônio Maurique

José Adonis Callou de Araújo Sá

Felipe Locke Cavalcanti

Paulo Luiz Netto Lôbo

Técio Lins e Silva

Marcelo Nobre

Joaquim Falcão